

# COVID-19 E AS POSSIBILIDADES DE UMA TRANSIÇÃO NA VENEZUELA

Maryhen Jiménez

A Venezuela está entre os países mais vulneráveis devido à chegada da COVID-19. O colapso da economia e dos serviços públicos, a capacidade fiscal inexistente, o crescente autoritarismo, a precariedade do sistema de saúde, a emergência humanitária, as violações dos direitos humanos, a repressão, a presença de grupos irregulares e a censura já trouxeram desafios profundos para a sobrevivência diária da população. Além disso, a precariedade e a emergência divergem muito em todo o território nacional. Desta forma, a pandemia ameaça a vida dos cidadãos e cidadãs, já que não contam com um Estado capaz de ampará-los e que possa garantir acesso à alimentação, à saúde ou aos sistemas de segurança, entre muitos outros. De fato, conforme o Programa Mundial de Alimentos, a Venezuela padece crise alimentar e corre o risco de fome, como resultado do impacto econômico gerado pela pandemia. Além disso, a COVID-19 surge no momento em que a oposição procura mobilizar esforços para iniciar uma transição para a democracia, com o apoio dos Estados Unidos (EUA), da maioria dos Estados latino-americanos e da União Europeia. Quais são as probabilidades de uma transição neste contexto?

A liderança da oposição tentou, em inúmeras ocasiões, iniciar um processo de mudança política, até agora sem sucesso. Desde dezembro de 2015, quando a coalizão de oposição ganhou a Assembleia Nacional por maioria qualificada, houve um aprofundamento do autoritarismo liderado por Nicolás Maduro. Progressivamente, os espaços foram se fechando ainda mais, o que aumentou a repressão contra a liderança política, a perseguição por motivos políticos, com conseqüente criminalização de protestos e violação dos direitos humanos do povo venezuelano. Além disso, o contexto da pandemia está servindo como pretexto para reprimir e controlar ainda mais a população. Há uma forte militarização do setor da saúde e, em geral, um aumento dessa presença na vida cotidiana. Jornalistas, defensores dos direitos humanos ou mesmo profissionais de saúde são perseguidos após exigirem prestação de contas e transparência em relação à gestão da COVID-19. A Assembleia Nacional e as lideranças também são vítimas de perseguição e assédio sistemático e contínuo. Neste contexto, a capacidade de articulação e mobilização para a mudança política revela-se ainda mais difícil.

Em meio a crise de vários níveis que assola o país, vale destacar que há urgência no contexto da emergência humanitária. A Comissão dos Direitos Humanos e sua Relatoria especial sobre direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (REDESCA) destacaram a preocupação com "os efeitos da pandemia sobre a situação de extrema vulnerabilidade do povo venezuelano, em razão da profunda e prolongada crise humanitária naquele país". O secretário geral das Nações Unidas, António Guterres, assim como a alta-comissária dos direitos humanos da ONU, Michelle Bachelet, também alertaram que as sanções impostas à Venezuela podem agravar a situação no país, cuja deterioração, dizem, remonta a um período anterior às sanções. Da mesma forma, diferentes atores da sociedade civil venezuelana e organizações de direitos humanos - nacionais e internacionais - alertaram para a situação de risco em que

se encontra uma grande parte da população, por não ter acesso a um sistema de saúde e alimentação que possa atendê-la neste momento. Há apelos para aumentar esforços através de um canal humanitário para mitigar os efeitos da pandemia no país. Por sua vez, a liderança da oposição procura contribuir com seus próprios meios para concretizar mudanças políticas, sobretudo com o apoio dos Estados Unidos, e oferecer apoio financeiro à equipe médica envolvida no combate à COVID-19, denominada "Héroes de la Salud" (Heróis da saúde).

Outro ponto que merece destaque é o limitado raio de atuação da liderança da oposição no momento. A pandemia mais uma vez evidenciou que Nicolás Maduro é quem exerce o poder e o controle no país. Diante desta situação, o governo interino enfrenta novos desafios, como 1) unificar a coalizão da oposição, 2) reunir o apoio popular, 3) demonstrar que é uma opção viável ao oferecer soluções à população em situação de emergência humanitária e da COVID-19 dentro e fora do país e 4) enfrentar o desafio das próximas eleições parlamentares. Diante deste cenário, é difícil pensar que, devido às circunstâncias e considerando o contexto da pandemia, a oposição conseguirá promover mudanças políticas. Sem mobilização e pressão social, bem como sem coordenação estratégica, uma transição parece improvável neste momento. Embora a melhoria dos indicadores socioeconômicos e políticos esteja vinculada a uma transição, a prioridade atual para muitas pessoas é a sobrevivência diária.

# RECOMENDAÇÕES

- ✦ Priorizar a gestão da COVID-19, considerando a extrema vulnerabilidade da população. É importante evitar esforços regionais e internacionais para que o país receba a ajuda e a assistência humanitária necessárias. Caso contrário, o prognóstico é muito grave.
- ✦ Aumentar os esforços regionais e internacionais de monitoramento e avaliação para acompanhar possíveis violações dos direitos humanos e “autocratização”.
- ✦ Apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil do país que, apesar das difíceis condições em que operam, documentam e tornam visível a evolução da pandemia e a situação da população.
- ✦ Monitorar a situação da população migrante venezuelana na região e dos cidadãos que regressaram à Venezuela. O Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) já constatou a extrema vulnerabilidade das pessoas desalojadas e o impacto diferencial que este fenômeno exerce na vida de mulheres e meninas. Portanto, é necessário aumentar o apoio e a assistência aos países da região com elevado número de migrantes, visando a garantia dos seus direitos, sem discriminação, e acompanhar a situação dos que regressaram, particularmente em razão do tratamento discriminatório que o governo de Maduro tem-lhes aplicado.
- ✦ Descartar ações violentas na busca por mudanças políticas e apoiar iniciativas de negociação que tenham uma clara metodologia e legitimidade entre as partes, como a que foi facilitada pela Noruega. Tal negociação deve ser apoiada pelos atores internacionais com interesse específico no país. Além disso, o acesso a facilitadores pela sociedade civil organizada deve ser garantido, para que eles tenham uma visão técnica e sistematizada dos múltiplos conflitos existentes na Venezuela. Apenas uma transição inclusiva, apoiada pelo maior número possível de atores, poderá gerar a estabilidade necessária para tornar a transição sustentável.
- ✦ Insistir na necessidade de pressão internacional coerente, estratégica e multilateral para facilitar um processo de negociação capaz de possibilitar uma transição democrática.
- ✦ Promover espaços de encontro entre cidadãos e iniciativas de intercâmbio para reduzir os altos níveis de conflito, polarização e radicalização.
- ✦ Incentivar o estudo e a divulgação de conhecimento sobre transições para a democracia, processos de reconstrução em contextos pós-conflito e reconciliação. É essencial promover um debate com conteúdo que contribua para gerenciar as expectativas sobre o futuro do país.